



EIXO 2. Territórios Em Disputa

**TERRITÓRIO EM DISPUTA: O CURRÍCULO COMO TERRITÓRIO
INDÍGENA NA ESCOLA DIFERENCIADA MARIA VENÂNCIO EM
ITAREMA/CE**

Maria do Socorro Sousa e Silva
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
Email: msserasmo@gmail.com

Adeliane Vieira de Oliveira
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
Email: adelianeoliveira19@gmail.com

Resumo

O presente artigo objetiva analisar o currículo enquanto território escolar indígena no Estado do Ceará tendo como base a Escola Diferenciada Maria Venâncio, localizada no município de Itarema/CE. Compreendendo o território enquanto espaço de conflitualidades apontamos a disputa pela construção do currículo escolar enquanto forma de fortalecer a luta pelo conhecimento escolar travada pelos indígenas Tremembé. Estes se lançam na disputa pela construção do currículo escolar, como forma de fortalecer seu território bem como garantir a perpetuação dos seus valores e costumes para as futuras gerações. Como metodologia de trabalho demos ênfase à pesquisa qualitativa associada à observação participante. Assim sendo, a fundamentação teórica desse trabalho está apoiada principalmente em autores como: Fernandes (2006); Porto-Gonçalves (2006); Raffestin (1993); Silva (2012); Silva (2007) entre outros. Por meio dessa pesquisa evidenciamos que no âmbito Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio Maria Venâncio, o currículo é um território de fomento capaz de assegurar aos indígenas uma educação que tenha como ponto essencial a valorização de sua cultura. No entanto, nem sempre isso é possível devido a disputa por imposição de alguns órgãos reguladores da educação como a SEDUC. Consideramos, portanto que os indígenas Tremembé ao se negar a aceitar um modelo curricular construído por “mãos alheias” se lançam na disputa pelo território do currículo expondo a força de um povo que na luta educa e se educa com o objetivo único de perpetuar seus valores diante de um passado histórico marcado por exclusão e negação de direitos para com esses sujeitos. Assim construir um currículo escolar juntamente que subsidie uma educação que respeite o modo de vida indígena se configura enquanto uma disputa necessária para a manutenção do território indígena no Ceará e mais especificamente em Itarema através da Escola Diferenciada Maria Venâncio com vistas a colocar em prática os direitos legais conquistados pelos povos indígenas.

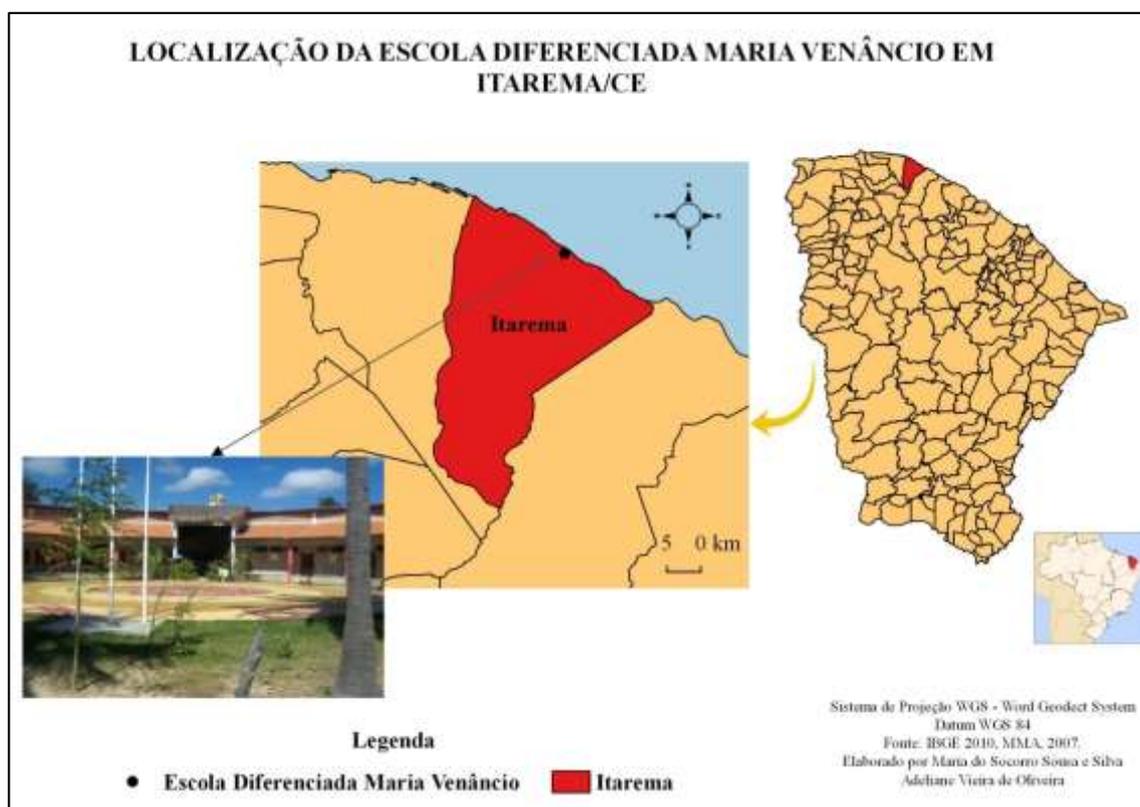
Palavras – chave: Território. Currículo. Escola.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar o currículo enquanto território escolar indígena no Estado do Ceará. Essa proposta segue com a intenção de remontar a disputa

pela construção do currículo escolar indígena na Escola Diferenciada Maria Venâncio localizada no município de Itarema/CE (Figura 1).

Figura 1: Localização da Escola Diferenciada Maria Venâncio em Itarema/CE.



Fonte: IBGE, 2010. MMA, 2007. Elaborado pelas autoras.

Compreendendo o território enquanto espaço de conflitualidades apontamos a disputa pela construção do currículo escolar enquanto forma de fortalecer a luta pelo conhecimento escolar travada pelos indígenas Tremembé, uma vez que conquistada a estrutura da escola, o currículo enquanto território indígena também se encontra em disputa. Neste sentido faz-se necessário tecermos algumas considerações a respeito dessa categoria de análise da ciência geográfica. Conforme Raffestin (1993) pensar em território é pensar em espaço, não por serem sinônimos, mas por compreender que o território precisa do espaço para garantir sua existência.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Nesse sentido, o espaço configura-se como “matéria prima” para a produção do território uma vez que o mesmo “preexiste a qualquer ação”. Portanto, “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço”

(RAFFESTIN, 1993, p. 143). Em outras palavras, o território é uma produção, evidenciada pelo envolvimento de múltiplas relações que são inscritas num “campo de poder”. Toda essa lógica da produção do território é compreendida por conta da presença de um “ator” como assinalou Raffestin (1993), dada a existência das relações de poder para sanar as necessidades desse ator no processo de produção do território no espaço.

Não se trata, pois do "espaço", mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. E, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação. (RAFFESTIN, 1993, p.147)

Para FERNANDES (2006) “as relações não se desenvolvem no vácuo, mas sim nos territórios”. Assim “as relações são construídas para transformar os territórios. Portanto, ambos possuem a mesma importância. As relações sociais e os territórios devem ser analisados em suas completividades”.

Neste sentido, os territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento. Os sujeitos sociais organizam-se por meio das relações de classe para desenvolver seus territórios. (FERNANDES, 2006, p.29).

É sob essa influência que tentamos avançar na compreensão do território indígena no Ceará. E para além de pensar essa questão e as particularidades desse território, além da disputa presente na afirmação da luta pela terra e por escola, se reflete também na construção do currículo escolar indígena da Escola Diferenciada Maria Venâncio, disputa essa que possui em sua vanguarda os índios Tremembé.

Essa escola foi inaugurada em 2006 é uma grande conquista para os índios. Em forma de semi-círculo a mesma se impõe na paisagem principalmente na tentativa de remontar os aspectos naturais que a rodeiam como pode ser observado na figura 2. Além disso, a mesma é pioneira na implantação de uma educação diferenciada indígena no estado. A partir dessa concepção “diferenciada” legitimada através da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9.293/96, as escolas indígenas compreenderam o direito de serem pautadas em uma educação com conceitos e práticas de sua cultura.

Figura 2: Frente da Escola Diferenciada Maria Venâncio.



Fonte: Acervo das autoras.

A etnia Tremembé tem sido uma das pioneiras na luta pela educação diferenciada no estado cearense, pois a luta é constante e coletiva envolvendo crianças, jovens adultos e idosos, e com isso eles têm um profundo sentimento de pertença de seus antepassados, procurando destacar a escola como um instrumento de afirmação de suas raízes de identidade. As razões que levaram os Tremembé a querer uma escola foram (pelo significado e um novo sentido) os meios de garantir acesso a conhecimentos gerais, sem precisar negar as especificidades culturais e identidade étnica e construir projetos educacionais específicos à realidade sociocultural e histórica desses sujeitos.

É nesse contexto que o currículo escolar se encontra em disputa com a lógica de dominação excludente minada, sobretudo diante da influência do sistema capitalista na Educação. Essa influência se afirma no sentido de conceber a educação enquanto mera mercadoria, não levando em consideração os valores que estão envolvidos no processo educativo. Essa disputa territorial se dá principalmente devido a evidência de que:

a cultura indígena sofre sensivelmente, em muitos casos passa a ser quase que extinta, por ser sufocada pelo rolo compressor de uma hegemonia cultural excludente que limita os saberes construídos na práxis do cotidiano embora registre-se dialeticamente a existência de processos de resistência cultural. (SILVA, 2012, p.276)

Ao se perceberem sujeitos de sua própria educação e percebendo a perversidade de desvalorização dos modelos educativos tradicionais, os índios Tremembé se lançam

na disputa pela construção do currículo escolar, como forma de fortalecer seu território bem como garantir a perpetuação dos seus valores e costumes para as futuras gerações.

Os processos educativos das sociedades indígenas vêm se equacionando as experiências escolares ao longo da história de contato entre índios e não índios no Brasil, de forma que vêm ocorrendo mudanças e inovações garantidas por lei. Dessa maneira, modelos educacionais passaram a ser reivindicados pelos índios, dentro de paradigmas de pluralismo cultural e de respeito e valorização de identidades étnicas. Ao se questionar como selecionar, organizar e tratar os conhecimentos a partir da perspectiva da escola indígena crê-se possível, a partir dos princípios da especificidade e diferença, apontando algumas possibilidades para um currículo que de fato, atenda as necessidades da escola indígena.

O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é auto biografia, nossa vida. (SILVA. 2007, p.150)

Para os índios a escola tem sido um instrumento pelo qual os mesmos passaram a garantir acesso a conhecimentos gerais, sem precisar negar a sua cultura e identidade. Ao configurar-se enquanto espaço de conflito e poder, a construção do currículo escolar indígena necessariamente precisa ser disputado, evitando que haja influências externas na sua elaboração. Segundo Porto-Gonçalves (2006) os territórios “realizam concretamente os sujeitos históricos que os instituíram. Portanto, há que se considerar o território e seus sujeitos instituintes”, assim, é fundamental que desnaturalizemos esse conceito” (p.161). Nesse sentido, evidenciamos que sociedade e territórios são indissociáveis. Uma vez, que “toda sociedade ao se constituir o faz constituindo o seu espaço, seu habitat, seu território” (p. 163). Assim, descreve este autor:

(...) não temos primeiro a sociedade (ou o espaço) e depois o espaço (ou a sociedade) – sociedade e espaço. Na verdade, sociedade é espaço, antes de tudo, porque é constituída por homens e mulheres de carne e osso que na sua materialidade corporal não podem prescindir da água, da terra, do ar e do fogo. O fato de que os homens e mulheres sejam seres que fazem História e Cultura, animais simbólicos que são, não os faz deixar de ser matéria viva. Toda apropriação material é, ao mesmo tempo, e não antes ou depois, simbólica. Afinal, não nos apropriamos de nada que não faça sentido, que não tenha significado. O conceito de território pensado para além dos dualismos nos obriga a abandonar um dos pilares do pensamento eurocêntrico que é a separação de sociedade e natureza. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.163).

Desta forma a luta dos índios Tremembé pela construção do seu currículo é para que essa construção seja feita com base nos seus valores e costumes. Pois a escola

indígena deve trabalhar conteúdos que expressem a cultura de um povo que luta por sua existência e reprodução. Uma vez que o currículo indígena constitui-se numa relação arbitrária de elementos de uma determinada cultura e implica uma organização também específica. Essa seleção e organização escolar fazem com que elementos sejam valorizados e outros sejam silenciados, negados e desvalorizados, propondo e impondo não apenas formas de pensar, mas comportamentos dentro das escolas e das salas de aula.

Neste sentido ressaltamos a resistência desse povo em participar da construção curricular da escola em questão. Essa disputa pelo currículo enquanto território se dá entre esses povos e a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) uma vez que a etnia indígena exige na matriz curricular, disciplinas que tratem da sua cultura e seus costumes. Assim apontamos a urgência indígena em defesa do seu território que não se limita somente às fronteiras de suas terras, mas, insere-se também no território ideológico na tentativa de fazer resistir e perpetuar seus valores, costumes e crenças levando em consideração suas peculiaridades e ideais.

METODOLOGIA

Como metodologia de trabalho demos ênfase à pesquisa qualitativa associada à observação participante. Nessa perspectiva para compreendermos melhor a realidade indígena no que se refere a disputa pelo território do currículo escolar da Escola Maria Venâncio foi necessário um arcabouço teórico favorável bem como a inserção na realidade pesquisada. Assim sendo, a fundamentação teórica desse trabalho com vistas a garantir a compreensão da temática e problemática estudada está apoiada principalmente em autores como: FERNANDES (2006); PORTO-GONÇALVES (2006); RAFFESTIN (1993); SILVA (2012); SILVA (2007) entre outros.

Compreendendo a necessidade de partir da realidade para alicerçar o entendimento, a empiria deste trabalho foi realizada mediante visitas a Escola Maria Venâncio, em ocasiões diversas como: ministração disciplina para o Ensino Médio da escola pesquisada, participação de datas festivas para os Tremembé, roda de conversas entre professores e alunos, dentre outras. Após esse momento sistematizamos nossas vivências na forma deste texto, pois desejamos que o mesmo venha contribuir para o entendimento dos desafios na escola pesquisada que é de uma luta constante no

fortalecimento do currículo como território de afirmações de valores, costumes e identidade.

RESULTADOS PRELIMINARES

Neste percurso investigativo pudemos destacar que a etnia aqui analisada sempre lutou para reivindicar seus direitos através das necessidades existentes em sua comunidade. Assim como a terra, o conhecimento também é um bem precioso para esses povos que compreendem a educação enquanto prioridade na resistência por dias melhores para os indígenas Tremembé.

Por isso, no âmbito da Escola Diferenciada Maria Venâncio, o currículo é um território de fomento capaz de assegurar aos indígenas uma educação que tenha como ponto essencial a valorização de sua cultura. Uma vez que nem sempre isso é possível devido esse campo ser de disputa por imposição de alguns órgãos reguladores da educação, como a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC).

No entanto, esses indígenas vêm resistindo nessa luta, pois compreendem que não se pode mais negar e silenciar os seus costumes e crenças diante de uma realidade educativa que insiste em ser colonizadora. Sendo assim assumem o compromisso de lutar pela perpetuação dos seus valores e costumes, bem como disputam o território do currículo escolar na escola aqui elencada para análise com o fim de garantir a soberania e fortalecimento do seu território geográfico e educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pelo fortalecimento do território indígena no Ceará, longe de ser apenas direcionada a demarcação de suas terras também vai se expandindo em outras lutas. O acesso a educação é, pois, uma das pautas da luta indígena frente ao governo do Estado e demais órgãos competentes, sendo que apenas a conquista da estrutura escolar não garante a perpetuação dos valores e costumes indígenas para as gerações posteriores. É neste sentido que o currículo escolar indígena se encontra em disputa na Escola Diferenciada Maria Venâncio, em que os sujeitos dessa educação exigem sua participação na elaboração do currículo escolar, a fim de garantir a incorporação de disciplinas que contribuam ativamente para a valorização dos seus costumes e saberes.

Consideramos com essa pesquisa que os indígenas Tremembé ao se negar a aceitar um modelo curricular construído por “mãos alheias” se lançam na disputa pelo

território do currículo. Essa ação expõe a força de um povo que na luta educa e se educa com o objetivo único de perpetuar seus valores diante de um processo histórico marcado por exclusão e desrespeito. Assim, buscam construir uma educação que respeite seu jeito de pensar e agir, pois acreditam que a escola é um instrumento de mudanças diante de concepções errôneas e de imposições que em nada favorecem os direitos legais adquiridos pelos povos indígenas.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição** (1988).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: Molina, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios**: a experiência latino-americana e caribenha. CLACSO, Consejo Latino-americano de Ciências Sociales. Buenos Aires, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Maria do Socorro Sousa e. Escola e ensino médio indígena Tremembé de Almofala – CE. In: **Educação e ações extensionistas no semiárido**. FALÇÃO SOBRINHO, José. (Orgs). Sobral, Edições Universitárias, 2012.

_____. Educação escolar indígena: currículo e formação docente. In: **A educação no ambiente semiárido**. FALÇÃO SOBRINHO, José. (Orgs). Sobral, Edições Universitárias, 2012.

SILVA, Thomaz Tadeu da. **Documentos e identidades**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.